



Em Assembleia Geral de Posse, a Diretoria eleita para o biênio 2025-2027 reafirmou a continuidade do trabalho de unidade, fortalecimento da democracia interna, transparência, defesa intransigente da categoria docente e da educação pública, e a articulação com segmentos da comunidade universitária e movimentos sociais.

Nova Diretoria da ADUFSCar é empossada e defende a continuidade da luta em defesa da categoria e da democracia



Paula Serrão
Presidenta da ADUFSCar do biênio 2025-2027

EDITORIAL

Perspectivas e desafios da ADUFSCar para o biênio 2025-2027

A eleição da diretoria da ADUFSCar para o biênio 2025-2027 representa a continuidade e o fortalecimento do movimento MAIS ADUFSCar, sustentado pelos princípios de democracia, transparência, diálogo e mobilização coletiva. Iniciamos este novo ciclo reafirmando nosso compromisso com a categoria docente e com a defesa intransigente da universidade pública, gratuita, laica, socialmente referenciada e de qualidade.

Para esse biênio, a nova Diretoria tem como compromisso aprofundar o diálogo com as/os docentes dos quatro campi, ampliando e fortalecendo a presença da ADUFSCar nos espaços de decisão e nas lutas locais e nacionais, sobretudo no que diz respeito à defesa intransigente da categoria docente. Finalizar o processo de regularização jurídica da ADUFSCar por meio da adequação e aprovação do Estatuto é a principal meta, pois é isso que fortalecerá nossa capacidade de atuação política e de representação sindical. Além disso, em termos de ações voltadas a questões estruturais previstas está a reforma e ampliação da sede da ADUFSCar em Sorocaba. O projeto foi apresentado às/aos docentes da sede no final da última gestão e agora segue para todos os trâmites internos necessários para dar início às obras.

A conjuntura nacional nos indica que esse é o momento de fortalecimento político, re-

afirmando o alinhamento da ADUFSCar com as lutas do ANDES, especialmente contra a Reforma Administrativa, que ameaça desestruturar o serviço público e precarizar as condições de trabalho, e que representa um grave ataque aos direitos trabalhistas. É tempo de resistência e de organização da ADUFSCar em seguir firme na luta, em defesa da carreira e do serviço público. Mais do que isso, precisamos ter constância na defesa da autonomia universitária e do financiamento público da educação superior.

O ano de 2026 será um ano eleitoral e isso exige atenção redobrada da nossa categoria. Mais do que nunca, será necessário posicionar o sindicato como voz ativa no debate público, denunciando retrocessos, defendendo políticas comprometidas com o fortalecimento da universidade pública e reafirmando a centralidade da educação, da ciência e do trabalho docente na construção de um país democrático e socialmente justo.

Internamente, a ação da ADUFSCar se volta a enfrentar as questões relacionadas ao crescente adoecimento da categoria docente, em especial no campo da saúde mental.

Temos como urgência cobrar da Universidade a implementação e o cumprimento de políticas institucionais efetivas de acolhimento e prevenção desse adoecimento.

Nesses 3 meses de gestão, algumas ações já foram efetuadas: 1- Fizemos uma reunião com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade para esclarecer pontos relacionados à implantação do módulo Frequência do SouGov, como sistema oficial para registro de controle da presencialidade docente. A ADUFSCar apresentou as preocupações da categoria em relação à medida e buscou esclarecer dúvidas junto à Administração; 2 - Com a implementação do novo campus da UFSCar na cidade de São José do Rio Preto, a ADUFSCar já se reuniu com Secretaria Geral de Gestão e Finanças (SeGEF) e solicitou oficialmente à Reitoria que se inclua no Plano diretor do novo campus um espaço para a nossa entidade. Essa solicitação vem da importância do acolhimento das/os novas/os docentes desse campus, bem como do papel essencial da entidade nas lutas diárias da categoria docente; 3- Em resposta a uma solicitação vinda do Comitê de aposentados

da ADUFSCar, realizamos uma visita ao Hospital Universitário (HU). Essa visita teve como objetivo conhecer as dependências do HU e as ações realizadas dentro do Hospital; 4-Em termos de ações políticas, a ADUFSCar realizou uma Plenária de Mobilização contra a Reforma Administrativa, com o objetivo de esclarecer toda a categoria sobre diversos pontos da atual proposta de Emenda Constitucional (PEC), que representa a precarização do serviço público; 5-Iniciamos o debate para o fortalecimento da presença da nossa entidade no IFSP campus São Carlos; 6- Já estamos trabalhando na ampliação da rede de convênios e parcerias para nossas/os sindicalizadas/os.

Convidamos todas e todos as/os docentes a participarem ativamente da vida sindical — nas assembleias, grupos de trabalho (GTs) e mobilizações. É da participação coletiva que nasce a força da nossa entidade. Seguiremos incansáveis na defesa dos nossos direitos, pela valorização da carreira, pela educação pública e pela dignidade do trabalho docente.

Paula Serrão
Presidenta da ADUFSCar do biênio 2025-2027



EXPEDIENTE

36ª Diretoria biênio 2025-2027



O Jornal ADUFSCar é uma publicação da Associação de Docentes em Instituições Federais de Ensino Superior dos Municípios de São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino (Buri/SP) – Seção Sindical do ANDES-SN

Paula Serrão
(São Carlos/CCBS-DFisio)
Presidenta

Joelson Gonçalves de Carvalho
(São Carlos/CECH-DCSo)
Vice-presidente

Viviane Garcia de Stefani
(IFSP/Campus São Carlos)
1ª Secretária

Aldenor Ferreira
(Lagoa do Sino/CCN)
2º Secretário

Marcio Peron
(São Carlos/CCET-DF)
1º Tesoureiro

Maria Cristina Santos
(São Carlos/CECH-DEd)
2ª Tesoureira

Daniel Vendruscolo (CCET-DM)
Representante - Campus São Carlos
Nataly Carvalho Lopes (CCA-DCNME)
Representante - Campus Araras
Monica Jones (CCHB-DBio)
Representante - Campus Sorocaba
Fabiana Cotrim (CCN)
Representante - Campus Lagoa do Sino
André Garcia Corrêa
Representante - EBT/IFSP (São Carlos)
Maria Zanin (CCET/DEMa São Carlos)
Francisco José Alves – Chiquinho
(CCET/DEP São Carlos)
Representantes - Aposentadas/os

Jornalista responsável:
Vanessa Presse (MTB 57.492)
Reportagem: Bárbara Monteiro
Designer: Alice Agnes
Projeto Gráfico: Agência 10 Comunicação
Impressão: Fullgraphics
Tiragem: 1000 mil exemplares
Periodicidade: Trimestral
Contato: imprensa@adufscar.org.br
Telefone (whatsapp): 16 99609-4672

Artigos especiais - As opiniões expressas nos artigos especiais são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião editorial do jornal.

● **PLENÁRIA**

ADUFSCar realiza debate sobre impacto da Reforma Administrativa na carreira docente

No dia 20 de outubro, a ADUFSCar realizou de forma híbrida uma Plenária de Mobilização contra a Reforma Administrativa. A atividade aprofundou a discussão sobre diversos pontos da atual proposta de Emenda Constitucional (PEC) - uma retomada da PEC nº32/2020 - para entendimento dos ataques ao funcionalismo público, à carreira docente e a precarização dos serviços essenciais à sociedade.

O encontro teve mediação do vice-presidente da entidade, prof. Joelson Gonçalves de Carvalho e contou com a participação de Marcos de Oliveira Soares, docente na UNIFESP e 1º vice-presidente da Regional SP do ANDES-SN.

Em sua apresentação, o prof. Marcos Soares expôs os quatro eixos da Reforma Administrativa e algumas das mais de setenta propostas de alteração. Entre elas, é notável a precarização dos serviços públicos, a ampliação e potencialização das privatizações, a flexibilização por contratações temporárias (inclusive na categoria docente), a fragilização da estabilidade, novos critérios de avaliação aos servidores e a homogeneização de níveis salariais. “Para nós do ANDES – SN a propos-



ta de Reforma Administrativa tem a ver com uma pressão do grande capital, seguindo uma linha de economia voltada para o mercado financeiro”, apontou o docente.

Sob a maquiagem de modernização dos serviços públicos, transparência e fim de privilégios, o relatório da atual Reforma Administrativa traz uma edição piorada quando comparada a PEC 32 do ano de 2020 - na época, engavetada após intensa mobilização das categorias do funcionalismo público. Para o vice presidente da ADUFSCar, a pauta não é uma nova. “Estamos sempre sendo surpreendidos com ataques ao Estado de maneira geral, às instituições públicas, às universidades e a car-

reira do funcionalismo público de uma maneira mais específica. A ideia é fazer uma grande reforma do Estado, desestruturando carreiras e enfraquecendo os estados”, afirmou o prof. Joelson.

Mobilização nacional

Segundo a presidenta da ADUFSCar, profa. Paula Serrão, o cenário atual representa uma ameaça concreta à carreira docente, tornando o debate essencial para toda a categoria “É preciso uma grande mobilização da sociedade e do funcionalismo público contra a Reforma Administrativa e em defesa de nossas carreiras”, destacou.

O ANDES-SN juntamente ao Fonasefe e outras entidades sindicais

realizaram uma grande Marcha Nacional no dia 29 de outubro, em Brasília, reunindo mais de 40 mil servidoras/es públicos.

A ADUFSCar foi uma das apoiadoras da caravana que partiu de São Carlos rumo a Brasília para participar da Marcha Nacional. A entidade e a Regional SP do ANDES contribuíram para viabilizar o transporte das/os participantes, reafirmando o compromisso com a defesa dos direitos das/os servidoras/es públicos. A caravana foi organizada em parceria com o SINTUFSCar, em uma ação conjunta que reforça a importância da unidade e da mobilização em defesa da educação pública e do serviço público brasileiro.

● **ACORDO DE GREVE**

ANDES-SN não assina termo de compromisso sobre reajuste dos benefícios

A maioria das seções sindicais do ANDES-SN, que compõem o Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes), decidiram pela não assinatura do Termo de Compromisso nº 01/2025, que trata do reajuste dos benefícios das/os servidoras/es públicas/os federais. A deliberação ocorreu em assembleias docentes realizadas no início de novembro.

A categoria rejeitou a proposta do governo federal, que foi imposta sem reabertura do diálogo com as entidades sindicais e que ignorou o ofício do Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais (Fonasefe), enviado em 3 de novembro, sobre a apresentação de uma contraproposta.

“Reconhecemos que cada aumento, mesmo nos benefícios, é importante devido ao grau de precarização e endividamento da categoria. Contudo, a polí-

tica adotada continua desconsiderando aposentadas e aposentados, num nítido ataque à paridade com servidoras/es em exercício. Além disso, existem diversos pontos do Acordo de Greve 10/2024 que o governo ainda não cumpriu. Nossa tarefa é continuar a luta contra a PEC 38/2025 [Reforma Administrativa], assim como pela efetivação do acordo de greve do ano passado”, destaca o presidente do ANDES-SN, Cláudio Mendonça.

O reajuste foi apresentado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) durante a 12ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), em 22 de outubro, para o conjunto das entidades sindicais que compõem o Fonasefe e o Fórum Nacional das Entidades das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

A proposta do governo foi de

reajuste do auxílio-alimentação em 17,5%, a partir da folha de dezembro/2025, e a aplicação, a partir de abril/2026, da diferença correspondente ao IPCA acumulado do período (dezembro/2025 a

abril/2026), além do reajuste do auxílio pré-escolar e da assistência à saúde suplementar, conforme variação do IPCA, condicionados à aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa).

Luta contra Reforma Administrativa e pelo cumprimento do Acordo 10/2024

O ANDES-SN seguirá, em conjunto com o movimento sindical dos serviços públicos, combatendo a PEC nº 38/2025 e exigindo posicionamento público, do governo federal, contrário à reforma Administrativa. Além

do “Revogaço”, as perdas salariais históricas, a regulamentação da Convenção 151 da OIT e o combate a medidas antissindiais no serviço público, especialmente no que diz respeito ao direito de greve.

Nova Diretoria da ADUFSCar toma posse para o biênio 2025-2027

A ADUFSCar realizou no dia 25 de setembro, a Assembleia Geral Ordinária de Posse da Diretoria e do Conselho Fiscal para o biênio 2025-2027. O evento aconteceu no auditório da entidade, no campus da UFSCar São Carlos, e reuniu docentes, representantes de seções sindicais, entidades e membros da Administração da Universidade.

A abertura da AG contou com o relato do processo eleitoral apresentado pelo professor André Farias de Mouras, presidente da Comissão Eleitoral, responsável pela condução do pleito ocorrido nos dias 2,3 e 4 de setembro. Em seguida, as/os Conselheiras/os Fiscais, as/os membros da Diretoria e Representantes de Campus eleitas/os foram empossadas/os.



Balanço das gestões 2021-2023 e 2023-2025



A profa. Fernanda Castelano Rodrigues presidiu a ADUFSCar de 2021 a 2025

A presidenta da gestão que se encerrou, profa. Fernanda Castelano Rodrigues, realizou um breve balanço político e administrativo, destacando os principais desafios enfrentados e os avanços ao longo dos mandatos. Durante sua fala, ressaltou que de setembro de 2021 a setembro de 2025, as diretorias da Mais ADUFSCar trabalharam incansavelmente para promover uma verdadeira revolu-

ção na ADUFSCar, tendo como principal meta a devolução da entidade às/aos docentes, democratizando os processos de discussão e deliberação.

Destacou também as mudanças estruturais profundas realizadas em todas as áreas da entidade, nos setores administrativo, financeiro, jurídico e de comunicação, que careciam de profissionalização, modernização, eficiência e transpa-

rência. “Quando nos propusemos a apresentar a chapa da Mais ADUFSCar em 2019, ano em que perdemos a eleições por 25 votos, nós já falávamos naquele momento que queríamos devolver a ADUFSCar para as professoras e professores da UFSCar e do IFSP/Campus de São Carlos, tornar a ADUFSCar um espaço em que as/os professoras/es se sentissem parte dele. Em 2021, quando ganha-

mos a eleição, começamos esse trabalho e tenho orgulho em dizer que tudo isso já aconteceu em grande medida”, avaliou a profa. Fernanda Castelano.

O prof. Marcos Soares, que integrou as Diretorias de 2021 a 2024, participou de forma virtual da Assembleia. Em seu comentário, afirmou que a nova Diretoria representa a terceira gestão do projeto de sindicato do Movimento Mais ADUFSCar. “Esse projeto deu certo e transformou a entidade, pois levamos democracia, transparência, participação, diálogo, escuta e proposições”, comemorou o docente da UNIFESP, que atualmente é o 1º vice-presidente da Regional São Paulo do ANDES-SN.

Representantes da ADUNESP, ADUSP e SINTUFSCar também fizeram falas de saudação, ressaltando a importância do fortalecimento da unidade na luta coletiva. O momento foi marcado por manifestações de apoio e reconhecimento ao trabalho realizado pela gestão anterior, acompanhadas de votos de sucesso à nova Diretoria no enfrentamento dos desafios do próximo período.

Diretoria eleita e os desafios para o próximo biênio



Nova Diretoria da ADUFSCar

Em seu discurso, a nova presidenta da entidade, profa. Paula Serrão enfatizou que assumir a presidência da ADUFSCar é assumir a continuidade de um projeto coletivo. “Reafirmamos o compromisso com os princípios que nos trouxeram até aqui: a unidade, a democracia interna, a transparência, a defesa intransigente da categoria docente e a articulação com os demais segmentos da comunidade universitária e com os movimentos sociais. E também acreditamos ser possível

avançar ainda mais. Finalizar o processo de regularização jurídica da ADUFSCar por meio da adequação do Estatuto é a nossa principal meta, pois é isso que garantirá a maior atuação política do nosso sindicato. E mais do que nunca esse é o momento de nos fortalecermos politicamente. É isso que vai colocar a ADUFSCar no debate político em sintonia com o projeto histórico do ANDES Sindicato Nacional”, afirmou.

Para a docente, o atual cenário de ações antidemocráticas, de precarização do tra-

A presidenta eleita, profa. Paula Serrão destacou que finalizar o processo de regularização jurídica da ADUFSCar por meio da adequação do Estatuto é a principal meta



balho docente e de tentativas constantes de depreciação do ensino e da ciência exige que o sindicato siga firme na luta. “A mobilização e a luta política são fundamentais para a defesa da democracia. Tivemos um exemplo disso no dia 21 de setembro. Foi a mobilização nacional, o povo nas ruas, que fez com que a Comissão de Constituição e Justiça engavetasse por unanimidade a PEC da Blindagem. Assim, trabalharemos incansavelmente em busca da defesa dos nossos direitos, contra a reforma

administrativa, defendendo a democracia, contribuindo para a construção de uma universidade pública democrática, de qualidade e socialmente referenciada”, reforçou a presidenta da ADUFSCar.

Durante a AG, as/os integrantes empossadas/os reafirmaram o compromisso de seguir construindo uma ADUFSCar cada vez mais combativa e representativa, firme na luta pelos direitos da categoria, da democracia, dos direitos sociais e na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Diretoria da ADUFSCar do biênio 2025-2027

Paula Serrão (São Carlos/CCBS-DFisio) - Presidenta
Joelson Gonçalves de Carvalho (São Carlos/CECH-DCSo) Vice-presidente
Viviane Garcia de Stefani (IFSP/Campus São Carlos) - 1ª Secretária
Aldenor Ferreira (Lagoa do Sino/CCN) - 2º Secretário
Marcio Peron (São Carlos/CCET-DF) - 1º Tesoureiro
Maria Cristina Santos (São Carlos/CECH-DEd) - 2ª Tesoureira

Representantes
Daniel Vendrúscolo (CCET-DM)
Campus São Carlos
Nataly Carvalho Lopes (CCA-DCNME)
Campus Araras
Monica Jones (CCHB-DBio)
Campus Sorocaba
Fabiana Cotrim (CCN)
Campus Lagoa do Sino
André Garcia Corrêa
EBTT/IFSP (São Carlos)
Maria Zanin (CCET/DEMa São Carlos)
Francisco José Alves – Chiquinho (CCET/DEP São Carlos)
Aposentadas/os

Conselho Fiscal do biênio 2025-2027

Titular: Aluísio Finazzi Porto	Suplente: José Marcos Nayme Novelli
Titular: Fernando Augusto Vasilceac	Suplente: Karina Gramani Say
Titular: Flavio Adriano Borges Melo	
Titular: Jacqueline Sinhoretto	Suplente: Fábio José Bechara Sanchez
Titular: Janaína Elisa Patti de Faria	
Titular: Luciana Nogueira	Suplente: Fernanda Castelano Rodrigues
Titular: Luiz Bezerra Neto	Suplente: Luiz Roberto Gomes
Titular: Márcio Rogério Silva	Suplente: Jorge Luis Rodrigues Pantoja Filho
Titular: Maria Lucia Teixeira Machado	Suplente: Amadeu Jose Montagnini Logarezzi
Titular: Maria Virginia Urso Guimaraes	
Titular: Mariana de A. Prado Fagá	Suplente: Cristina Helena Bruno
Titular: Michel Pisa Carnio	Suplente: Alice Helena Campos Pierson
Titular: Paulo Teixeira Lacava	Suplente: Karina Nogueira Z. Pinto Rossi
Titular: Renilson Rosa Ribeiro	Suplente: Wagner de Souza Leite Molina
Titular: Rita de Cássia Arruda Fajardo	Suplente: Marcelo de Godoy Domingues
Titular: Simone de Oliveira Mestre	Suplente: Heloisa Chalmers Sisle
Titular: Stephanie C. Alves Vasconcelos	Suplente: Mário Henrique da Mata Martins
Titular: Vinicius Tribuzi R.P. Gomes	Suplente: Paulo Henrique Dias Ferreira

Confira as ações e acontecimentos

Espaço sindical no novo campus

Em reunião com a Secretaria Geral de Gestão e Finanças (SeGEF) ocorrida em outubro, a presidenta da ADUFSCar, profa. Paula Serrão, reforçou a importância da inclusão de uma área destinada à construção da sede da entidade no novo campus da UFSCar em São José do Rio Preto. A partir desse encontro, a ADUFSCar solicitou oficialmente à Reitoria a reserva do espaço no Plano Diretor, uma ação fundamental para garantir a continuidade das ações representativas e fortalecer a presença da ADUFSCar no novo campus.



Sede da ADUFSCar em Lagoa do Sino

No dia 18 de outubro, a ADUFSCar celebrou os seis anos de inauguração da sede da entidade em Lagoa do Sino - um marco na ampliação e consolidação da presença sindical e luta docente que se ampliou por todos os territórios da Universidade. Orientado pelo senso de comunidade e acolhimento, o espaço da entidade no campus reafirma a força da categoria docente e o compromisso permanente pela universidade pública, democrática e socialmente referenciada.



Em defesa da educação pública

O vice-presidente da ADUFSCar, prof. Joelson Gonçalves de Carvalho, participou no dia 20 de outubro, no campus UFSCar São Carlos, do debate sobre o orçamento das universidades públicas com o deputado federal Ivan Valente. Durante o evento, destacou que a Universidade não pode ser instrumento de ajuste fiscal. “Aqui se faz ciência, aqui se faz conhecimento compartilhado, portanto, em momento de arrocho fiscal, temos que nos posicionar contrários a esse tipo de proposta”, afirmou.



Sessão Solene

No dia 31 de outubro, o prof. Francisco José da Costa Alves (Chiquinho) representou a ADUFSCar na Sessão Solene do Conselho Universitário em homenagem às/aos servidoras/es da UFSCar que completaram 30, 40 e 50 anos de atividade, bem como as/os que se aposentaram no período de novembro de 2023 a outubro de 2025. Durante a solenidade, convidou as/os docentes a se juntarem ao Comitê de Aposentadas/os da entidade, que promove encontros, atividades culturais e ações de mobilização.

Sede da ADUFSCar em São Carlos

Em novembro, celebrou-se os 31 anos de inauguração da sede da ADUFSCar dentro do campus UFSCar São Carlos. O espaço é sinônimo de encontros, acolhimento e construção diária das lutas. Em 2024, a sede administrativa passou por um importante processo de revitalização e ampliação, que reafirmou seu papel na convivência, cotidiano das/os docentes e organização sindical. Além da valorização do patrimônio arquitetônico do prédio que recebe o nome da primeira presidenta da entidade, Yedda Botelho Salles, o projeto incluiu melhorias nos ambientes internos, acessibilidade e readequação dos espaços da secretaria, administração, sala da Diretoria e banheiros.



recentes na ADUFSCar

Sede da ADUFSCar em Sorocaba

Em Sorocaba, a representante de campus, profa. Monica Jones e a profa. Paula Serrão, se reuniram no mês de outubro, para alinhar as demandas referentes a realização da obra de ampliação da sede da entidade, no campus em Sorocaba. O projeto, apresentado às/aos docentes neste ano, foi enviado à Secretaria Geral de Gestão do Espaço Físico (SeGEF) e está em tramitação interna junto à UFSCar.



Fortalecendo a representação no IFSP

Em agenda no IFSP São Carlos, a 1ª secretária da ADUFSCar, profa. Viviane Garcia de Stefani, e o representante de campus, prof. André Garcia Corrêa, reuniram-se com a presidenta da entidade, profa. Paula Serrão, para discutir ações voltadas à criação de um espaço de acolhimento às/aos docentes sindicalizadas/os no Instituto. O objetivo é fortalecer a presença da entidade nos diferentes campi, ampliar o diálogo e garantir que as demandas das/os docentes do IFSP São Carlos sejam recebidas e encaminhadas de forma mais ágil e eficiente. Em breve, a ADUFSCar divulgará novos avanços sobre a implementação deste espaço.



Universidade inacabada

No dia 12 de novembro, o vice-presidente da ADUFSCar, prof. Joelson Gonçalves de Carvalho, participou do debate de lançamento do livro “Universidade Inacabada: Razão e Precariedade”, do professor João dos Reis Silva Júnior, no campus UFSCar São Carlos. O evento reuniu docentes para discutir temas centrais para a categoria, como a precarização do trabalho docente, a intensificação produtivista, os efeitos da financeirização sobre a gestão universitária e as desigualdades internas que atravessam a educação superior. A partir das reflexões trazidas pelo autor e debatedores, o encontro permitiu aproximar a atuação da ADUFSCar na discussão sobre os desafios estruturais da universidade pública brasileira, compreender o cenário atual e aprofundar o diálogo com a comunidade.



Roda de Mulheres debate a sororidade

Em 11 de novembro, a ADUFSCar promoveu o último encontro da Roda de Mulheres do ano, reunindo docentes e comunidade universitária do campus Lagoa do Sino para um debate sobre sororidade.



Sede da ADUFSCar em Araras

Visando fortalecer o diálogo permanente com as/os docentes, a profa. Paula Serrão e a representante da ADUFSCar no campus Araras, profa. Nataly Carvalho Lopes, se reuniram no dia 19 de novembro, para discussão das demandas locais da categoria, as necessidades estruturais na sede da entidade e direcionar encaminhamentos para as próximas ações. A iniciativa integra a agenda contínua de acolhimento, escuta ativa e construção coletiva da nova Diretoria.

● **DOCENTE SÊNIOR**

Proposta do Comitê de Aposentadas/os da ADUFSCar é aprovada no ConsUni



A profa. Paula Serrão destacou a importância da normativa



Profa. Elisabeth Martucci e o prof. Francisco José da Costa Alves, durante a Reunião do ConsUni

A data de 14 de novembro foi marcada pela aprovação unânime da Proposta de alteração da normativa que dispõe sobre o Programa de Docente Sênior da UFSCar. A presidenta da ADUFSCar, profa. Paula Serrão, juntamente com a profa. Elisabeth Martucci, prof. Francisco José da Costa Alves e prof. João Alberto Camarotto, do Comitê de Aposentadas/os da entidade, participou da 2ª Sessão da 284ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário – Con-

sUni, que tratou do tema. Desde agosto de 2024, o Comitê da ADUFSCar tem trabalhado na proposta de atualização da regulamentação interna do programa, como contribuição para a construção coletiva e participativa de uma importante política da UFSCar. Após a construção coletiva na ADUFSCar, a proposta foi submetida à apreciação do Conselho de Gestão de Pessoas em sua 22ª Reunião, ocorrida em 03 de junho de 2025, onde foi

definido que as/os diretoras/es de Centro promoveriam a discussão do texto junto aos seus respectivos departamentos. As sugestões coletadas durante esse período foram discutidas com o Comitê e sistematizadas, sendo apreciadas na 23ª Reunião do CoGePe, ocorrida em 19/08/2025, e após minuciosa discussão e ajustes na redação final do texto, a presente minuta foi aprovada pelo Conselho, com a recomendação de encaminhamento para aprovação

e alteração da norma vigente pelo Conselho Universitário. Além de normatizar a atuação do Professor Sênior, a iniciativa objetiva incentivar as/os docentes que optaram em permanecer na UFSCar compartilhando suas experiências e conhecimentos, não apenas no ensino, na pesquisa e na extensão, mas também em outras áreas de seu interesse, como política científica, administração universitária, estratégias para a Universidade e outras.

● **VISITA AO HU**

ADUFSCar participa de reunião com equipe do Hospital Universitário

No dia 10 de novembro, a ADUFSCar se reuniu com a equipe diretiva do Hospital Universitário da UFSCar (H.U.), a fim de discutir ações de cooperação entre as instituições. Atendendo a uma demanda do Comitê de Aposentados da entidade, o encontro reuniu membros do grupo e a presidenta da entidade, profa. Paula Serrão, que foram recebidos pelo superintendente do H.U., prof. Thiago Russo, e sua equipe. Durante a visita pelo complexo hospitalar, as/os professoras/es conheceram de perto os diferentes setores e as atividades desenvolvidas no Hospital Universitário. De acordo com as/os docentes que integram o Comitê, dentre os pontos que chamaram a atenção estão o tamanho e a estrutura física do HU, que o torna



não apenas uma instituição de referência na cidade, mas na Região e no Estado de São Paulo; a arquitetura, que dá ao prédio, além da beleza, pelo seu formato em curvas, clareza e leveza, aspectos que o diferenciam de outros hospitais de formato pesado e fechado, sem luz natural. Outro aspecto notado pela delega-

ção trata-se do seu corpo técnico, que desde os seguranças até às/aos técnicas/os especialistas, são acolhedores e humanos, dando ao espaço um clima de confiança e bem estar fundamentais para a cura e recuperação dos usuários. O hospital está estruturado em todos os setores e especialidades para dispor de

espaços que permitam o ensino, a pesquisa e o atendimento de forma indissociada. “A visita foi fundamental para conhecermos parte da UFSCar que não conhecíamos, para melhor poder divulgá-la e estabelecermos vínculos e projetos que beneficiem a todos. A iniciativa também tem por objetivo conhecer e divulgar as atividades do HU-UFSCar, tanto na assistência como na formação de recursos humanos para atividades profissionais, ensino e pesquisa”, relataram. A iniciativa buscou compreender melhor seu funcionamento, especialmente as ações focadas no atendimento de pacientes com necessidades e comorbidades específicas, como idosos e portadores de doenças crônicas, além de fortalecer o diálogo com a categoria docente que atua no local.

● PESQUISA

Saúde das/os docentes é referência importante sobre as condições de trabalho

Em setembro deste ano, o ANDES – Sindicato Nacional divulgou os resultados da pesquisa nacional sobre saúde mental, que demonstram os efeitos da precarização e do desfinanciamento da Educação Superior, Profissional, Técnica e Tecnológica na saúde das professoras e professores. Entre os dados obtidos, 51,9% das/os professoras/es afirmaram que sua saúde piorou com relação aos últimos anos; 35,4% informaram ter quadros associados a transtornos de ansiedade e 25,9% relacionados a transtornos mentais e comportamentais como humor, alimentares, burnout, entre outros.

Segundo Ana Teresa D’Elia, médica psiquiatra do Departamento de Atenção à Saúde-De-AS da UFSCar e vice coordenadora da Coordenadoria de Articulação em Saúde Mental (CASM), os dados apresentados reforçam a relevância de fortalecer, no âmbito da Universidade, políticas e ações de promoção de saúde mental, com foco na prevenção, no acolhimento e no cuidado integral dos trabalhadores e trabalhadoras. “A Universidade é um espaço amplo e diverso, com múltiplas demandas e desafios que refletem a complexidade do trabalho acadêmico. Quando diferentes atores — gestão, representações sindicais e comunidade acadêmica — se articulam em torno dessa pauta, cria-se um ambiente mais sensível, cooperativo e sustentável para o exercício da

docência e da vida universitária”, explica a médica.

Relatório da UFSCar

Com o intuito de aprimorar a gestão de saúde da Universidade na implementação de ações preventivas e corretivas de forma eficiente, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (ProGpe) produziu o “Relatório do absenteísmo por razões de saúde-doença dos servidores da Universidade Federal de São Carlos”. No documento, as/os docentes Luiz Antonio Tonin, Mônica Jordão de Souza Pinto e Jeanne Liliane Marlene Michel traçaram um perfil geral da saúde do trabalhador a partir da análise dos dados epidemiológicos de 2014 a 2024.

De acordo com o relatório, para a categoria docente, os

níveis de afastamento praticamente dobraram no período pós-pandemia (2022/2023), resultando em patamares não experimentados no período compreendido com uma sequência de quedas e provável recuperação dos padrões anteriores. De maneira geral, as maiores causas dos afastamentos na Universidade seguem sequencialmente os CID’s F (Transtornos mentais e comportamentais), C (Neoplasias – tumores), M (Doenças do sistema osteomuscular/tecido conjuntivo) e S (Lesões e outras consequências de causas externas), totalizando no período de dez anos mais de 50 mil dias de afastamento. No que se referem as/os docentes, o CID C (neoplasia) foi a principal causa de absenteísmo, seguido

pelos CID’s F.

O estudo reforça que diagnósticos associados ao CID F obtiveram aumento significativo em 2022, mantendo-se elevados em 2023 e retornando aos patamares próximos a antes de 2022. Além disso, o estudo ressalta também a gravidade das duas principais classificações, uma vez que exigem tratamentos e afastamentos mais prolongados, demonstrando maior duração para a cura dessas condições. Assim, diante dos dados apresentados pela UFSCar e das percepções levantadas nacionalmente pelo ANDES-SN, fica evidente que o cuidado com a saúde mental passou a ocupar um espaço central no debate sobre as condições de trabalho no meio acadêmico.

Enquete do ANDES-SN

A pesquisa traça um perfil da saúde docente e municia o Sindicato Nacional a seguir na luta por políticas efetivas de promoção da saúde, valorização da carreira e condições dignas de trabalho para a categoria. Confira as respostas das/os docentes que participaram da pesquisa:

- 51,9% afirmaram que a sua saúde piorou ao longo dos últimos anos
- 35,1% afirmaram que a própria saúde não piorou nem melhorou
- As doenças muscoes-

queléticas aparecem como o principal agravio da saúde entre docentes, atingindo 36,4%

- Transtornos de ansiedade atingem 35,4% das/os docentes
- 25,9% informaram sofrer com transtornos de humor, transtornos de ansiedade, síndrome de Bournout, transtornos alimentares e quadros de dependência de drogas que somam milhares de registros;
- Doenças cardiovasculares, muitas vezes relacionadas ao estresse e esgotamento físico e mental, atingem cerca de 21%
- Apesar da percepção de piora na saúde, 78,2% das/os

docentes não solicitaram licença médica nos dois anos anteriores à pesquisa;

- Entre os que se afastaram, há uma multiplicidade de causas, como a COVID-19 e cirurgias.
- Os transtornos de ansiedade somam 11,9% dos afastamentos, de humor 11,3%, de doenças musculoesqueléticas 8,4% e respiratórias 5,8%.
- Sofrimento mental além de frequente, é também, um dos principais motivos de afastamento do trabalho docente.

● DENÚNCIA

ANDES-SN e Sinasefe denunciam tentativa do Proifes de invasão de bases sindicais em três estados

Mesmo com a carta sindical suspensa por decisão judicial para representar docentes federais, a Proifes Federação tem atuado para criar novos sindicatos e disputar bases historicamente organizadas pelo ANDES-SN e pelo Sinasefe. A mais recente ocorreu no mês de outubro, em São Paulo. A federação direcionou seus ataques às instituições federais vinculadas ao Ministério da Defesa (MD),

base representada há mais de 20 anos pelo Sinasefe, ao tentar criar um sindicato nacional em Pirassununga (SP), que abrangeria docentes civis das academias militares e das instituições de ensino básico, profissional e tecnológico vinculadas ao MD.

A estratégia consistiu em convocar docentes da Academia da Força Aérea (AFA) para um suposto almoço de confraternização em uma casa de festas. O local, po-

rém, estava totalmente cercado e com a entrada controlada por seguranças privados, que impediram o ingresso de docentes dos colégios administrados pelo MD de diversas regiões. Ao constatar que estava em minoria, a Proifes cancelou a reunião e limitou a entrada a docentes da AFA. Ainda assim, os docentes realizaram a assembleia e rejeitaram a criação do novo sindicato, barrando mais uma tentativa de ocupar uma base

já representada.

Neste ano, ainda foram registradas outras duas tentativas na Bahia e no Ceará. A estratégia é estadualizar entidades para, posteriormente, utilizar o princípio da unicidade sindical como justificativa jurídica para bloquear a organização nacional de sindicatos.

Estratégia semelhante ocorre em Santa Catarina, via Apufsc; em Goiás, com a ADUFG; e no Rio Grande do Sul, com a ADUFRGS.



Aldenor Ferreira

Docente no Programa de Pós-Graduação em Conservação e Sustentabilidade – UFSCar Lagoa do Sino

● **ARTIGO ESPECIAL**

O autoritarismo de Tarcísio contra os professores

A mais recente investida do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, contra o magistério no estado de São Paulo é reveladora de um projeto de poder que se alimenta da desvalorização, da intimidação e da perseguição ideológica.

Ao afirmar que professores afastados para tratamento médico ou por motivos de saúde deveriam ter suas faltas contabilizadas, com possibilidade de redução de jornada, extinção de contrato ou outras punições, o governador flerta abertamente com o autoritarismo e rebaixa a educação paulista a um campo de experimentação de medidas arbitrárias.

A Justiça já interveio, concedendo liminar que barrou a medida por violação ao Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. O texto legal é claro: faltas justificadas não configuram inassiduidade e o estatuto protege afastamentos para consultas e tratamentos médicos. Mas, como em tantas

outras vezes, o bolsonarismo não se orienta pela lei nem pelo diálogo, e sim pela lógica da coerção e da intimidação.

Professorado como inimigo

Não se trata apenas de uma questão administrativa. É um sintoma de algo maior: a transformação do professorado em inimigo político. Em vez de reconhecer o esforço de uma categoria sobrecarregada por baixos salários, falta de infraestrutura e condições precárias de trabalho, o governador paulista opta por intensificar o cerco, minando direitos básicos e deslegitimando a função social do ensino.

Essa postura não é isolada. Desde o início da gestão, a educação pública em São Paulo vem sendo tratada como alvo preferencial de um projeto de desmonte: desvalorização salarial, ataques aos sindicatos, perseguição política a professores e estudantes, criminalização de movimentos sociais e agora

a tentativa de transformar a doença em punição. Trata-se de um pacote completo de precarização e silenciamento.

As consequências, no entanto, não se limitam ao presente. Ao desvalorizar professores e desmontar a escola pública, São Paulo compromete o próprio futuro. Um estado que fragiliza a formação de seus jovens, que mina a base da produção de conhecimento e que reduz o investimento em ciência e educação, estará, em médio e longo prazo, condenado a ficar para trás.

São Paulo pagará um preço alto

Sem professores valorizados e uma rede pública forte, São Paulo corre o risco de perder competitividade, de ver sua juventude privada de oportunidades e de cair para o fim da fila no avanço do conhecimento e da qualificação profissional. O preço será cobrado não apenas pela comunidade escolar, mas por toda a sociedade paulista.

É preciso dizer com todas as letras: um governador que ameaça punir professores por adoecer não demonstra compromisso com a educação, com a democracia ou com o futuro do país. Demonstra, sim, apego a práticas autoritárias que buscam domesticar pela força aqueles que têm como missão ensinar, formar e transformar.

Tarcísio de Freitas pode até tentar impor sua lógica de controle, mas a história mostra que o magistério paulista sempre resistiu e continuará resistindo. Professores não são peças descartáveis. São trabalhadores essenciais, intelectuais públicos e guardiões de direitos.

Considerações finais

Minha palavra final é de solidariedade e respeito à categoria. Porque, quando um governo transforma a saúde em falta e a doença em punição, não é apenas o professor que é atacado, é a própria democracia que adocece.

ATUALIZE SEU CADASTRO SINDICAL

► Acesse o site da ADUFSCar

www.adufscar.org.br

É FÁCIL, RÁPIDO E SEGURO!

ATUALIZE seu CADASTRO SINDICAL

ADUFSCar
Associação Sindical de ANDEB-UN



Fernanda Castelano Rodrigues
Docente no Departamento de Letras
UFSCar São Carlos

● ARTIGO ESPECIAL

Universidade, democracia e o direito de pensar

Estamos vivendo em uma época em que a democracia, embora formalmente vigente, vem sendo tensionada em todos os espaços da sociedade, inclusive, portanto, naqueles em que produzimos conhecimento e pensamento crítico. Temos sido testemunhas do quanto a ciência de modo geral e as universidades públicas de modo específico têm sido alvos frequentes de violência simbólica e real e de tentativas de deslegitimação de seu papel para o desenvolvimento da nação. Esses ataques não se restringem apenas a uma divergência de ideias que pode ser saudável, quando expostas e debatidas republicanamente, mas, antes disso, se constituem em uma estratégia organizada da extrema direita mundial para enfraquecer os pilares democráticos e abrir passo para retrocessos que ameaçam a vida humana e a própria existência do planeta.

Neste mais do que delicado momento, defender a universidade pública e a liberdade de pensamento, fundamental para manter viva nossa capacidade de produção científica, não é um mero capricho corporativo. O espetacular *O Agente Secreto*, dirigido por Kleber Mendonça Filho, nos ajuda a pensar no quanto essa defesa traz, em sua essência, o próprio direito que cada pessoa e/ou cada coletivo tem de existir, de produzir, criar e, também, de imaginar outros futuros possíveis. Esse filme é imperdível para quem gosta de alimentar com boa lenha as reflexões sobre nosso passado recente e suas relações com o que vivemos atualmente.

Na democracia não pode haver silenciamento

A democracia pressupõe liberdade de pensamento, pluralidade de ideias, igualdade de direitos, justiça social e respeito à vontade popular expressa nas urnas. Quando a ciência e as universidades são atacadas, o que está em risco não é apenas essa ainda pequena parcela da sociedade que está dentro do sistema universitário público, mas sim o próprio funcionamento democrático. Nos últimos anos, em particular desde 2016, temos sofrido com uma avalanche de discursos que tentam desqualificar professores, pesquisadores e instituições públicas de ensino superior. A imensa maioria deles se baseia em mentiras e/ou desinformação e chegam a ser bizarras

as formulações que afirmam, por exemplo, que as universidades são “lugar de balbúrdia”, “aparelhos de doutrinação”, que nelas ocorre “imposição do marxismo cultural e da ideologia de gênero” e que são um “desperdício de dinheiro público”. Essas narrativas atualizam imagens reacionárias já cristalizadas e operam no sentido não somente de desmoralizar o fundamental papel das universidades enquanto espaços de produção de pensamento crítico, mas também de reduzir a importância de sua função social em um país com tantas desigualdades como o Brasil.

Esse trabalho discursivo de desacreditização provoca o retorno do distanciamento, no nível do imaginário, entre universidade e sociedade, algo que vinha sendo revertido, mesmo que muito lentamente, com o projeto de democratização de acesso por meio dos programas de ações afirmativas que se iniciaram na primeira década dos anos 2000. E um dos efeitos mais perversos desse processo se dá sobre jovens estudantes de Ensino Médio, que se sentem desmotivados a ingressar no ensino superior público, ainda mais em cursos presenciais.

Com a desvalorização do pensamento crítico e a desqualificação de seus espaços de produção é que se prepara o caldo para o avanço de projetos reacionários e autoritários, que manipulam a população por meio de informações distorcidas ou mentirosas.

A lógica do ‘nós contra eles’: terreno fértil para o autoritarismo

A polarização artificial que inventa o enfrentamento baseado no “nós contra eles” desvia o debate do que realmente importa. Quando só se enxergam dois lados irreconciliáveis, desaparece o espaço para a problematização e para o verdadeiro e honesto confronto de ideias. Consequentemente, também se extingue a capacidade de escuta e diálogo. Nesse ambiente social empobrecido, cresce a tentação autoritária, apresentada como “solução fácil” para conflitos políticos e sociais.

Em diferentes países, mesmo com diferenças culturais significativas, vem se repetindo um mesmo padrão: desacreditar a ciência, espalhar desinformação, distorcer os sentidos de “liberdade de expressão” e capturar a opinião pública pelo medo. A política do

medo é um dos instrumentos mais eficazes dessa extrema direita global e, no Brasil, ela se manifesta com graus inaceitáveis de brutalidade. A recente chacina promovida por forças de segurança no Rio de Janeiro, no dia 28 de outubro, não pode ser lida apenas como episódio “isolado” de violência estatal: ela se inscreve em uma lógica política que transforma o medo em estratégia de governo e em capital eleitoral. É a mesma lógica que, em diferentes países, associa autoritarismo, militarização e necropolítica à promessa de “ordem” para alcançar a “prosperidade”.

A exploração do pânico social diante da violência urbana e a existência de um inimigo interno na figura do “traficante” – que é sempre pobre, negro e periférico, claro – tentam justificar toda e qualquer ação praticada “em nome da segurança”. Nesse sentido, o ironicamente nomeado “Consórcio da Paz” e a colocação em circulação do perigosíssimo conceito de “narcoterrorismo” alargam grandemente as possibilidades de um verdadeiro “vale tudo” nessa eterna reedição da política de “guerra às drogas”, abrindo espaço inclusive mais uma tentativa de ruptura do princípio da soberania nacional.

Episódios como esse não apenas violam princípios fundamentais dos direitos humanos, mas também alimentam a manipulação da opinião pública, deslocando o debate das políticas estruturais de redução das desigualdades para soluções imediatistas violentas. Quando o Estado escolhe produzir medo em vez de garantir direitos, quando prefere se igualar ao crime organizado em vez de combatê-lo, o caminho para projetos autoritários fica fortalecido pois, na lógica do “combate ao narcoterrorismo”, fica justificada até mesmo a criminalização do pensamento crítico e a perseguição de quem defende outras formas de enfrentamento à violência sistêmica. A pior consequência disso tudo é, mais uma vez, o enfraquecimento da democracia.

O que precisamos defender coletivamente?

Se nós, dentro das universidades brasileiras, queremos contribuir com a manutenção de um horizonte democrático e com a retomada de um projeto civilizatório para nosso país, em franco processo de destruição pela necropolítica com que operam os agentes da extrema direita, precisamos trans-

formar indignação em ação. Isso passa por assumir a defesa de princípios concretos que sustentam a universidade pública, a produção de pensamento crítico, a ciência, a justiça social e a vida republicana, mas passa também por atuar de modo prático na sua disseminação.

Entre tantas defesas imprescindíveis, quero destacar algumas que dizem respeito de modo muito específico ao nosso cotidiano enquanto comunidade universitária:

- A autonomia universitária e o financiamento público para a ciência e a educação superior. Sem isso, não há liberdade acadêmica, produção de conhecimento nem compromisso social;

- A regulação democrática da informação e das redes sociais, garantindo o equilíbrio entre liberdade e responsabilidade. As pessoas têm o direito à palavra, mas também têm o dever da responsabilidade com a verdade, a segurança e a dignidade;

- O fortalecimento dos espaços públicos de debate e participação social nas decisões sobre educação, ciência e tecnologia etc. Políticas de Estado precisam ser construídas sempre com escuta e em diálogo com a sociedade, nunca impostas de cima para baixo;

- A valorização do trabalho docente e da pesquisa, não apenas por meio de salários e condições materiais, mas de respeito institucional, liberdade de pensamento e reconhecimento do papel social da universidade pública;

- A aproximação entre universidade e povo, especialmente dos grupos historicamente excluídos. A universidade precisa ser direito e permanecer sendo sonho – e não território de violência e sofrimento.

Parece um chavão – e pode mesmo ser –, mas não há como negar que estamos diante de mais uma encruzilhada histórica: ou permitimos que projetos autoritários continuem instrumentalizando o saber, corroendo a confiança nas instituições e perseguindo o pensamento crítico, ou assumimos a tarefa de defender a democracia em nossa prática cotidiana. Defender a universidade pública, a ciência, a liberdade de pensamento e a justiça social não é tarefa apenas de professoras/es ou pesquisadoras/es, claro. Mas nós, como servidoras/es públicos federais, não podemos nos furtar de assumir esse compromisso com a sociedade brasileira e o futuro da nossa democracia.

● ENTREVISTA



Gleidylucy Oliveira da Silva
Docente no Departamento de Ciências Sociais (DCSo) – UFSCar São Carlos

No mês de outubro, a presença dos movimentos negros para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicasse uma mulher negra como Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) intensificou, colocando questões raciais no centro do debate público que moldam a vida democrática do país. A campanha se inseriu em um contexto em que o órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro completou 132 anos sem que uma única mulher negra ocupasse uma de suas cadeiras.

Em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, Lula indicou o advogado-geral da União, Jorge Messias, para ocupar a vaga deixada por Luís Roberto Barroso no STF. A nomeação de Messias está condicionada à aprovação do Senado Federal. O processo exige que ele seja sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, posteriormente, receba o aval do plenário principal da Casa. A aprovação requer um mínimo de 41 votos.

Em entrevista ao jornal ADUFSCar, a profa. Gleidylucy Oliveira da Silva, do Departamento de Ciências Sociais (DCSo) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da UFSCar fala sobre representatividade, reparação histórica, estruturas de poder, racismo e democracia.

Jornal ADUFSCar: Recentemente diversos movimentos sociais se mobilizaram para que o presidente Lula indicasse uma mulher negra para ser Ministra no Supremo Tribunal Federal (STF). Que leitura a senhora faz dessa mobilização e do momento político e social em que ela acontece?

Gleidylucy Oliveira da Silva: O avanço dos direitos das pessoas negras no Brasil é resultado direto da atuação dos movimentos sociais. Se formos pensar em todas as conquistas que foram sendo feitas, todos os avanços

e toda a resistência aos retrocessos do direito da população negra -e mais ainda- do reconhecimento dessa população e da sua história, da sua cultura, do seu trabalho e na sua contribuição na constituição do Brasil, isso é resultante de mobilização e articulação dos movimentos sociais. Eu digo isso pois penso que nesse momento o que há de interessante é que o movimento social negro está conseguindo pautar e “furar” em alguma medida outras bolhas, fazendo com que essa discussão transborde e consiga chegar em outros pontos, em outros lugares, outros setores, outros grupos que não necessariamente conhecem ou convivem com o movimento negro, mas que são solidários e se articulam, defendem e concordam com esse ponto que é a nomeação de uma ministra negra para o STF.

J.A. O que significa - do ponto de vista simbólico e político -, a presença de uma mulher negra em uma instância como o STF?

G.S. A indicação de uma ministra para o STF é um ato de reparação histórica do Estado brasileiro, mas mais ainda é um marco de reconhecimento importante de quatro, cinco séculos de apropriação dos corpos, da vida, do trabalho, do suor, da intelectualidade, de todas as formas possíveis de contribuição que a vida de africanos escravizados que vieram para o Brasil -e seus descendentes – doaram para este país. Recentemente eu estive em uma atividade que discutia um outro tema sobre negritude que era literatura negra e se falava muito sobre o quanto a gente vive um dilema: ao mesmo tempo em que a população negra não é incluída nos espaços os quais ela a partir de seu trabalho contribuiu para construir, em certa medida quando se chega parece que chega apenas nesse lugar. A resposta que ouvi naquela discussão me impactou fortemente: enquanto a gente não tiver de fato enfrentado, transformado, superado as estruturas, táticas, operações e reações racistas que fundaram esse país, nós precisaremos sim continuar ocupando espaço nesse sentido – como ocupações demarcando, através de uma presença negra para demarcar exatamente todos os séculos, anos e décadas de ausência dessa presença em

instituições que representam o Brasil, um país que é forjado a partir dos negros.

J.A. Em sua avaliação, como a falta de representatividade afeta o tipo de justiça construída no país, especialmente nas populações negras e periféricas?

G.S. Há um trabalho que fala sobre a importância da presença para podermos transformar decisões estatais - e aqui estou pensando estatais no âmbito do judiciário, do executivo, do legislativo-, a partir da presença de grupos subrepresentados. Essa discussão que já avançamos hoje parte para outra mais ampla que é, de repente, mais eficaz que é a noção de perspectiva. Ou seja, eu preciso da presença sendo ela com intenção substantiva de modificar. Eu estou dizendo isso, porque na discussão racial é importante retomar todas/os as/os autoras/es como por exemplo Frantz Fanon (que esse ano estamos comemorando seu centenário), que falam sobre como durante décadas e séculos, para sobreviver na estrutura racista, as populações negras vestem máscaras brancas e assumem comportamentos brancos. E não só brancos no sentido do tom ou cor da pele ou de elementos como alisar o cabelo, mas elementos que nomeamos como branquitude, que é a estrutura de poder e dominação a partir da questão racial e da negação do branco enquanto raça. Nesse sentido, é importante sim a presença, para haver uma transformação - e aqui eu estou pensando a partir da própria experiência-, mas ela tem que ser uma presença substantiva, que de fato coloque nos espaços de representação, decisão e estatais representantes que tenham compromisso com a questão da negritude. Hoje há alguns estudos que demonstram que, por exemplo, existem representantes políticos negros que defendem pautas racistas. Então, precisamos sim de presença (pois sem ela essa questão sequer pode ser tratada) e de presença com substância, por isso a necessidade também de ser uma mulher negra entre os nomes que estão sendo citados, uma vez que são verdadeiramente engajadas e comprometidas com um sistema judicial equitativo que não promova o encarceramento em massa da população negra, que

compreenda a questão racial como fundante da questão do direito e da justiça no Brasil, que reconheça a ausência da cidadania da população negra e traga em si esse compromisso com a agenda e a questão de produzir um Brasil antirracista.

J.A. O que a presença de mulheres negras em espaços de decisão – seja no STF, no Senado, na Câmara ou nas universidades – pode ensinar ao Brasil sobre justiça, democracia e reparação histórica?

G.S. A presença de mulheres negras em espaços de decisão é importante por termos atrizes que de fato compreendam e tragam a experiência triste e lamentável (mas ainda assim importante enquanto potência política), de trazer o que são as experiências dos marcadores de opressão e exclusão que se corporificam na questão de gênero raça e classe.

As mulheres negras, de novo, elas trazem em si o embrião, o cerne, a força, o lugar, a potência da transformação. São elas que estão na base de sustentação de toda a sociedade: fazendo o trabalho do cuidado, na formação das novas gerações, na educação, nas casas e na manutenção das nossas cidades, trabalhos e na construção mais basilar da nossa sociedade. A trajetória dessas mulheres que vêm dessa ancestralidade de estar na base da construção do país e depois conseguem atravessar outras camadas é muito importante para a construção de discussões sérias e de fato comprometidas com um país antirracista. Apenas pessoas que conseguem compreender essa experiência (não só no âmbito de uma abstração imaginativa, mas em especial na sua experiência material e cotidiana dessa realidade), podem de fato compreender o que é o desafio de transformar o que são quatro séculos de opressão racial e de gênero no país. (...) Só essas vidas que reconheçam essa ancestralidade e essa trajetória, reconheçam que nós fazemos parte de um projeto histórico de opressão, mas também um projeto histórico de resistência e de reparação é que podem nos ensinar sobre democracia, justiça e equidade no país.

Acesse o site da ADUFSCar e leia a entrevista na íntegra.

● CONVÊNIO E BENEFÍCIOS

ADUFSCar amplia parcerias e lança novo cartão para sindicalizadas/os



Cartão pode ser retirado nas sedes da ADUFSCar a partir de dezembro

Atendendo a demanda da categoria, a Diretoria do biênio 2025-2027 lançou um novo Cartão de Sindicalizada/o, com ele

as/os professoras/es poderão obter descontos nas empresas conveniadas e garantir acesso aos serviços e benefícios dis-

Aponte a câmera do seu celular e saiba mais sobre os convênios e benefícios disponíveis



ponibilizados pela ADUFSCar. A partir do mês de dezembro, as/os docentes contarão com os novos benefícios oferecidos pela entidade

A sindicalização é um ato de extrema importância para fortalecer e ampliar a representação das professoras e professores da UFSCar e do Instituto Federal de São Paulo (campus São Carlos), fortalecendo a luta pela manutenção das conquistas, ampliação dos direitos e

valorização da carreira docente. Ao fazer parte da ADUFSCar, as/os docentes contam ainda com atendimento jurídico especializado, convênios com planos de saúde e odontológico, além de uma rede de parcerias que oferece descontos e condições especiais em diversos produtos e serviços.

O objetivo é seguir trabalhando para ampliar essa rede, com foco na promoção do bem-estar das/os sindicalizadas/os.

● PLANO DE SAÚDE

ADUFSCar cobra melhorias nos serviços prestados pela Unimed

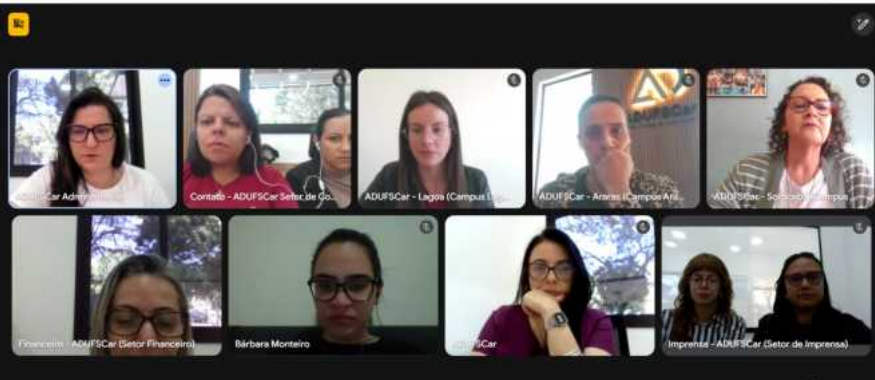
Em reunião com representantes da Unimed São Carlos realizada no dia 25 de novembro, a profa. Paula Serrão tratou das demandas encaminhadas pela categoria e cobrou providências apresentadas previamente em ofício enviado em maio deste ano. No encontro, a presidenta da ADUFSCar reiterou as principais questões relacionadas por docentes usuárias/os do plano de saúde, como assistência no Pronto Atendimento e a questão do intercâmbio. E reforçou ainda que, após mais de 20 anos de parceria contra-

tual, a categoria espera um serviço compatível com o padrão de qualidade pelo qual é pago, com atendimento digno, respeitoso e eficiente. A ADUFSCar voltará a se reunir com a Unimed no mês de dezembro, e seguirá acompanhando a situação de perto, prestando informações à categoria e mantendo o diálogo institucional para assegurar condições adequadas de atendimento e o cumprimento integral das responsabilidades da operadora.



● PROTEÇÃO DE DADOS

ADUFSCar realiza treinamento sobre Política de Segurança da Informação com equipe



A ADUFSCar realizou no mês de outubro, um treinamento sobre a implementação da Política de Segurança da Informação (PSI) voltado à equipe ad-

ministrativa e de comunicação da entidade. A atividade foi conduzida pela VG Consultoria, empresa de TI responsável por orientar sobre o uso segu-

ro de recursos tecnológicos e o tratamento responsável das informações no ambiente institucional.

Durante a atividade, foram apresentados os princípios fundamentais da PSI, destacando como cada um deles contribui para a proteção dos dados da entidade e das/os sindicalizadas/os. A equipe também recebeu orientações práticas sobre procedimentos de segurança, como a criação e o uso adequado de senhas, cuidados com arquivos e e-mails suspeitos e boas práticas de navegação na internet.

tos e boas práticas de navegação na internet.

O treinamento reforçou a importância de um ambiente digital seguro e alinhado às diretrizes institucionais, garantindo que as informações sejam tratadas de forma ética, responsável e protegida. A atividade integra o conjunto de ações da ADUFSCar, incluindo o investimento em equipamentos, para o aprimoramento da gestão interna e à proteção dos dados da categoria.

● APOIO SINDICAL

Projeto de extensão “Respira Servidor” faz balanço das atividades do ano



Projeto de extensão “Respira Servidor”

Em 2024, o projeto de extensão “RESPIRA Professor” surgiu a partir de um estudo de doutorado na UFSCar, que identificou importantes desafios relacionados à saúde física, mental e à qualidade de vida docente, evi-

denciando a necessidade urgente de transformar esses achados em estratégias e práticas para a promoção do bem-estar e do cuidado com a saúde. Neste ano, a reoferta do projeto ampliou seu público-alvo, incluindo

os técnicos administrativos da UFSCar e passou a ser denominado “RESPIRA Servidor”.

Ao todo foram realizados 20 encontros presenciais em 2024 e 50 encontros (23 presenciais em São Carlos e 27 online) em 2025, sendo realizadas atividades teóricas e práticas. Em um único formulário mensal já foram registradas até 48 inscrições, acumulando mais de 350

inscrições até o momento.

Por entender o projeto como uma iniciativa importante ao apoio à saúde, bem-estar e qualidade de vida às/aos docentes, a ADUFSCar apoia a iniciativa desde seu início, com o intuito de ampliar a conscientização sobre a importância da saúde física e mental, trazendo impactos positivos no cotidiano e estimulando projetos similares.

● NOVEMBRO NEGRO / SÃO CARLOS

II AfroPesquisa e 3º AfroSarau contam com apoio da ADUFSCar



A ADUFSCar foi convidada a contribuir na organização do Espaço Seguro: Aquilombamento e Cuidado, no II AfroPesquisa, realizado no dia 13 e 14 de novembro, no campus UFSCar São Carlos. A atividade visa fortalecer a produção acadêmica, cultural e social da população negra na Universidade. Por meio de mesas-redondas, oficinas, apresentações de trabalhos e atividades artístico-culturais, o evento promoveu a integração entre a comunidade interna e externa, incentivando o diálogo entre diferentes áreas e ampliando o acesso e a representatividade de

pessoas negras nos espaços universitários.

Já no dia 19 de novembro, a ADUFSCar também foi uma das apoiadoras do 3º AfroSarau, evento que promoveu atividades de arte, cultura, memória e resistência, envolvendo música, performances, samba rock, histórias, rimas, poesia e ainda exposições de artesanato, poemas, fotos e colagens.

A ADUFSCar entende que parceria com esses eventos é fundamental para viabilizar ações antirracistas e promover a equidade na Universidade.

● NOVEMBRO NEGRO / LAGO DO SINO

Roda de samba celebra cultura afro-brasileira



Como parte da programação do Novembro Negro, a ADUFSCar foi uma das apoiadoras na realização de atividade, no campus Lagoa do Sino. O evento especial com samba, celebrou a cultura afro-brasileira, fortalecendo os espaços de convivência e bem-estar na comunidade.

A roda de samba proporcionou um momento de alegria, troca e acolhimento, reforçando a importância da arte e da cultura como ferramentas de promoção da saúde mental.



Wilson Alves-Bezerra
Docente no Departamento de Letras -
UFSCar São Carlos, escritor e tradutor

● LEIA TAMBÉM

Neste mês da Consciência Negra de 2025, um poema em homenagem a Moïse Mugenyi Kabagambe (1997-2022). Ele nasceu em Ituri, no Congo, em 4 de abril de 1997. Vivia no Brasil desde 2011, para onde veio adolescente, com a família,

para se proteger da guerra em seu território. Tinha 24 anos e trabalhava num quiosque chamado Tropicália, na Barra da Tijuca. Recebia por dia. Em 24 de janeiro de 2022 foi cobrar seu pagamento e apanhou até a morte de um colega do quiosque.

Essas palavras sobre o fim

Wilson Alves-Bezerra
Para Moïse Mugenyi Kabagambe

I

Às vezes, para se entreter,
os feitores da equipagem
entre dias de trabalho e vadiagem
enfiam excrementos na boca dos pretos.
Essa carga, tanto tarda, nunca chega
Essa carga, que se perde, que se mata
Entre um lado e outro do oceano.
Acalanta um corpo prenhe no convés
a borrasca.
Acalanta um corpo enfermo no porão
um rato.
Acalanta um corpo farto na prisão
nns ventos
Escrevo, entre lábios, para ver
se este momento
passa
mas estou congelado
num canto sujo
rábico
pouco depois
de mil e quinhentos.
Essa carga, tanto tarda, nunca chega
Essa carga, que se perde, que se mata
Entre um lado e outro do oceano.
O navio ao pé de nós,
não se apressa em naufragar.
Não há o mar.
Não há o gesto ou o sentido
que justifique um verso.
Tudo corre para trás e para dentro.
O algoz distrai-se com sua fugaz supremacia.
O navio onde jazia meu corpo
faz água
e nós na equipagem
nada mais que sobreviver.
Fornicam sobre nossa memória.
Fornicam sobre a história.
e sobre os corpos dos futuros defuntos.
Transformados desde já em assuntos.
Coisas que contar.
Porque agora é assim.
Albatrozes não há mais.
Minas ainda não
ou bahia que aportar.
Diluem-se meus traços primeiros
na face alheia do mar.
Essa carga, tanto tarda, nunca chega
Essa carga, que se perde, que se mata
Entre um lado e outro do oceano.
Malungo, não foge de mim.
Se doce fosse morrer assim, no mar
valeria ser privado de tudo
mas não.
Plantar cana para a embriaguez alheia
como se fosse pouco
e por infindos alqueires de miséria nacional
padecer de sede.
Ver o gelo virar chorume
e uma certa esperança, terra verde,
tornar-se palha
pouco antes
da sevícia
e não chegar a Quebrangulo.

II

O calendário avança,
O tempo não passa.
Arrotam ainda os boçais sua pirraça
quinhentos anos depois,
contra quem sobreviveu
ao agente da milícia
ao capitão do mato
que fareja sapatos, bolsos e passaportes.
A pele luzente
das gentes sem sorte
por sua cor equivocada.
Essa carga, tanto tarda, nunca chega
Essa carga, que se perde, que se mata
Entre um lado e outro do oceano.
Morrer no mar é o puro creme do exílio
Moïse Mugenyi Kabagambe há de saber.
Morrer na orla, que há de ser
tantos golpes depois?
A vertigem da repetição.
A terra segura sob os pés
escapa-lhe.
Memórias que acudiam
eram de outros de todos de nenhuns e nós.
Um marinheiro feito um rato no leme.
Um iceberg incerto noutros olhos.
Dentes de chacais surgem dos lábios da besta canavieira.
A verdade a meias dos monges oficiais.
Um corpo avulso sob coturnos e padres.
Essa carga, tanto tarda, nunca chega
Essa carga, que se perde, que se mata
Entre um lado e outro do oceano.
Uns olhos alheios.
O Rio de Janeiro deserto.
A las cinco de la tarde
para matar e deixar morrer.
Hora perfeita da vontade
a indiferença
moi.
Quinhentos anos
e Moïse ainda era o mesmo.
Brasil é lugar de morrer.
Antropofaria, tropicaria, mas não,
ele só queria receber o soldo.
Mas aqui, aprenda-se,
na senzala
canta a vara
e não é para ninar nenê.
Sua bossa é nossa disciplina.
Quem levanta a voz é só senhor.
Na barra da tijuca da nossa míngua
quando um preto argumenta
avança um tropel de golpes
boca adentro.
Mas se todo preto avança
também não avançará o tempo
de mil e quinhentos
para um pouco adiante
ao menos?
Essa carga, tanto tarda, nunca chega
Essa carga, que se perde, que se mata
Entre um lado e outro do oceano.

Reserve a data e
venha celebrar
com a gente!



LUTAR ORGANIZAR RESISTIR
MOBILIZAR **CELEBRAR**
DEMOCRATIZAR FORTALECER
REIVINDICAR GARANTIR DENUNCIAR
DIALOGAR ENFRENTAR DEFENDER

FESTAS DE FINAL DE ANO DA ADUFSCar

São Carlos -- 05/12

Araras ----- 12/12

Sorocaba ---- 12/12

Lagoa ----- 13/12